

HABEAS CORPUS Nº 552.438 - PI (2019/0376411-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : VIRGILIO BACELAR DE CARVALHO
ADVOGADO : VIRGÍLIO BACELAR DE CARVALHO - PI002040
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : ENILDO BONNA SANTOS FORTES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **ENILDO BONNA SANTOS FORTES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Consta dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I, do Código Penal, e no art. 288 do mesmo Código.

Neste *writ*, alega o impetrante que: **a)** o paciente "se encontra preso desde dia 23/03/2019, sem a conclusão da instrução criminal" (e-STJ, fl. 4); **b)** "o ora paciente é primário, pois nunca condenado, além de ser trabalhador rural, com residência fixa e família constituída" (e-STJ, fl. 7); **c)** estão "ausentes os requisitos para manutenção da prisão preventiva" (e-STJ, fl. 7); **d)** "a marcha processual está lenta, sem que o Réu tenha contribuído, porque já houve 02 (duas) audiências e não foi concluída a instrução processual criminal" (e-STJ, fl. 7).

Pleiteia o relaxamento ou a revogação da prisão preventiva do paciente.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento ou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus*, de ofício.

Inicialmente, cabe assinalar que a matéria acerca dos fundamentos da prisão preventiva não foram analisados pelo Tribunal de origem em razão de tratar-se de reiteração de outro *habeas corpus*, motivo pelo qual houve parcial conhecimento. Assim, como não houve análise desse ponto no acórdão impugnado, não será conhecida a ordem nesse tocante.

Quanto ao alegado excesso de prazo, segundo orientação pacificada nos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser consideradas as particularidades do caso concreto e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado (RHC 58.140/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 30/9/2015; RHC 58.854/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA,

QUINTA TURMA, julgado em 22/9/2015, DJe 30/9/2015).

A Corte de origem, que afastou a alegação de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo nos seguintes termos:

"Temos que, em data recente (02/09/19), assim como na audiência ocorrida em 05/09/2019, o magistrado de 1º grau, após denegar os requerimentos formulados pela defesa, decidiu pela manutenção da prisão provisória do acusado.

Verificamos ainda, que na referida audiência do dia 05/09/2019, a própria defesa do ora paciente requereu a suspensão dos interrogatórios diante da necessidade de devolução das precatórias para a oitiva das testemunhas de acusação. Portanto, evidencio o fato da ação penal de primeiro grau de jurisdição estar processando uma ação complexa, porquanto trata-se de uma infração penal (art. 157, § 2º, II e §2º-A, I, do CP), com pluralidade de réus e testemunhas em comarcas distintas, de modo que o eventual excesso de prazo na formação na culpa na espécie em julgamento mostra-se compreensível à luz do caso concreto, diante das peculiaridades do processo e frente ao princípio da razoabilidade.

Destarte, após analisar perfunctoriamente os autos, temos que o andamento processual, disponível no sistema Themis web, não traz elementos que secundem a tese de excesso de prazo, não merecendo acolhida o pleito defensivo." (e-STJ, fl.122).

Em suas informações, o Juízo de origem consignou que:

"No dia 12 de março de 2019 o Delegado de Polícia Civil – Leonardo Alexandre M. da Costa – representou pela prisão preventiva de MARCOS BONNA SANTOS FORTES e ENILDO BONNA SANTOS FORTES, sob a suspeita da prática de fato subsumível ao tipo de injusto insculpido no art. 157, §2º, inciso II e §2ºA, inciso I do Código Penal.

Após manifestação ministerial, o MM. Juiz decreta a prisão preventiva de ambos, sendo o mandado cumprido em 21 de março de 2019, em relação a ENILDO BONNA, enquanto que MARCOS BONNA encontrava-se foragido.

A prisão preventiva foi decretada com base na ordem pública materializada na gravidade concreta do delito, consubstanciada no *modus operandi* do suposto delito em concurso de pessoas e violência mediante o emprego de arma de fogo. Demais disso, o decreto preventivo teve como fundamento para assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista que o paciente não teria paradeiro certo.

O Inquérito Policial indiciou os referidos representados e os investigados MARCIO PONTES BRITO e WEMERSON DA SILVA ARAÚJO como sendo os autores dos delitos sob investigação.

Diante disso, o representante do MP ofereceu denúncia contra os supramencionados investigados pela prática do art. 157, §2º, inciso II e § 2ºA, inciso I e Art. 288, todos do Código Penal.

No dia 07/05/2019, nos termos do art. 311 do CPP, este juízo decretou de ofício a prisão preventiva dos investigados MARCIO

PONTES BRITO e WEMERSON DA SILVA ARAÚJO com base na garantia da ordem pública, consubstanciada na gravidade concreta das condutas (roubo, supostamente praticado pelos pacientes, em concurso, mediante grave ameaça às vítimas, com emprego de arma de fogo, bem para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de processo Penal, tendo em vista o fato dos pacientes terem evadido do distrito da culpa.

A denúncia foi recebida em 16/05/2019, ocasião em que foi determinada a citação dos réus.

Os acusados MARCIO PONTES BRITO e WEMERSON DA SILVA ARAÚJO devidamente citados, apresentaram resposta à acusação, sem arguirmos preliminares, apresentando rol de testemunhas com endereço diverso da presente comarca, o que desencadeou a necessidade de extração de Carta Precatória para a oitiva das testemunhas arroladas pela defesa.

Após a apresentação das respostas à acusação do paciente MARCOS BONNA SANTOS FORTES e ENILDO BONNA SANTOS FORTES, este juízo manteve o recebimento da denúncia e designou o dia 06/08/2019, às 11h00min para realização de audiência de instrução e julgamento. No dia e hora aprazados o feito foi instruído em audiência, oportunidade em que foram ouvidas as vítimas e parte das testemunhas arroladas pela acusação. Em seguida, a defesa dos acusados apresentou pedido oral de revogação da prisão preventiva. Em sede de diligências o MM Juiz determinou expedição de ofícios aos juízos deprecados solicitando o retorno das cartas precatórias para a oitiva das testemunhas de defesa. Por fim retornou a remessa dos autos ao representante do Ministério Público para manifestação do pedido apresentado pela defesa.

Após a oitiva do Ministério Público, este juízo manteve a prisão preventiva do paciente, tendo em vista a não alteração do panorama ensejador da decretação primitiva da custódia do paciente.

Demais disso, a manutenção do decreto preventivo teve como fundamento a circunstâncias do caso concreto, reveladoras da complexidade do feito, em que figuram quatro réus processo com várias testemunhas, com residências em lugares variados, com necessidade de expedição e cumprimento de cartas precatórias para oitiva de testemunhas, inclusive apontadas pela defesa, o que dentro de um lapso comedido, autorizam a demora na formação da culpa.

Em audiência de continuação, foram ouvidas uma vítima e uma testemunha de acusação e procedido com o interrogatório dos acusados. Em seguida a defesa do paciente, mais uma vez requereu a revogação da sua prisão preventiva, de imediato e após oitiva do Ministério Público, este juízo indeferiu o pleito, mantendo o decreto preventivo do mesmo. Em sede diligência, foi deferido o requerimento da defesa do réu Márcio Pontes Brito determinando-se a expedição de ofício a Unidade Escolar São José Anexo Costa no povoado do município de Campo Largo/PI para que encaminhe a esse juízo a frequência escolar do mesmo em relação ao mês de novembro de 2018, estipulando-se o prazo de 10 dias.

No dia 01.11.2019, foi juntado aos autos informações acerca da frequência escolar do acusado Márcio Pontes Brito. Após os autos foram remetidos para o Ministério Público para que apresentasse suas alegações finais. Todavia, o membro do Parquet, requereu algumas diligências, dentre elas, a expedição de cartas precatórias

para oitiva das testemunhas arroladas pela defesa. As diligências requeridas foram prontamente deferidas e cumpridas.

Portanto, o encerramento da instrução criminal ainda está dependente do retorno das Cartas Precatórias acima mencionadas.

Com efeito, a instrução processual está em consonância com princípio norteador da razoabilidade. A demora razoável e justificada na formação da culpa não configura constrangimento ilegal. Outrossim, as circunstâncias descritas nos autos corroboram a necessidade de segregação acautelatória do paciente para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal." (e-STJ, fls.155-156).

Sob tal contexto, verifica-se que, *in casu*, o período transcorrido para a conclusão do feito não é excessivo, não se verifica a existência de sobressaltos que pudessem configurar desídia por parte do Poder Judiciário. Observa-se, ainda, que as vias ordinárias diligenciaram no sentido de dar andamento regular ao processo, sem que se afira demoras aptas a justificar a revogação da segregação cautelar. Eventual retardo na conclusão do feito encontra-se justificado em razão da ação penal apresentar certa complexidade, pois conta com pluralidade de réus e testemunhas em Comarcas distintas, com necessidade de expedição de cartas precatórias.

Confiram-se os seguintes precedentes:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. NECESSIDADE DE RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. AÇÃO PENAL COMPLEXA. PLURALIDADE DE RÉUS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO, COM RECOMENDAÇÃO.

[...]

4. O Tribunal *a quo* afastou a alegação de excesso de prazo consignando que desde a prisão cautelar, em 7/8/2019, o feito teve tramitação regular com o devido impulso pelo Juízo processante, destacando que ação originária é complexa. De fato, o feito envolve 3 acusados, além de ter demandado a expedição de cartas precatórias, o que, naturalmente, requer maior tempo na execução dos atos processuais.

5. Observa-se, no caso, que o Magistrado de primeiro grau tem empregado esforços na celeridade do feito, não se podendo falar em atraso injustificado.

6. Recurso desprovido, com recomendação ao Juízo processante para que revise a necessidade da manutenção da prisão, nos termos do que determina o art. 316 do Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019, e que imprima celeridade no encerramento da ação penal."

(RHC 123.069/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 28/02/2020).

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA JUDICIAL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PLURALIDADE DE

RÉUS. ADVOGADOS DISTINTOS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAR TESTEMUNHA. DECRETO PRISIONAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DA AGENTE. *MODUS OPERANDI*. REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Esta Corte Superior tem o entendimento de que, somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.

2. Na hipótese, eventual mora na tramitação do processo não pode ser atribuída ao Juízo, mas às peculiaridades do caso e à complexidade do feito, considerando a pluralidade de réus com advogados distintos, necessidade de expedição de cartas precatórias, diligências para localização de testemunha e análise de pedidos de liberdade provisória.

[...].

6. Recurso desprovido."

(RHC 101.606/AL, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 13/02/2020)

Pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do paciente. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; HC 394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Recomenda-se, entretanto, de ofício, ao Juízo processante, que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o tempo decorrido e o disposto na Lei n. 13.964/19. Recomenda-se, igualmente, celeridade.

Comunique-se ao Juízo da Comarca da Vara Única da Comarca de Esprantina/PI.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Relator